

Plenário se esvazia e deixa Ulysses irritado

Ele exige a presença dos constituintes para votar logo os destaques e terminar a nova Carta

Após encerrar a sessão de ontem da Constituinte e convocar nova reunião para a próxima segunda-feira, às 13h30, Ulysses Guimarães se mostrava visivelmente contrariado. Notando que aos poucos os constituintes deixavam o plenário, o presidente passou um pito em todos dizendo que "com esse baixo rendimento de hoje, vamos consumir muito tempo para votar os mais de 700 destaques previstos". Ulysses disse que não gostaria de convocar sessões para os finais de semana e pela manhã, por entender que esse espaço estava reservado para os entendimentos. "Mas, se continuarmos dessa forma, daqui há pouco a opinião pública começa a cobrar e teremos que dar uma resposta".

Ulysses Guimarães disse também aos constituintes, que os convidava a ficar, a partir da próxima semana, "até de madrugada, para podermos concluir os trabalhos o mais breve possível". Segundo ele, as espasmas dos parlamentares já estavam suficientemente informadas de suas presenças em plenário, por meio do programa de televisão "Diário da Constituinte". "O alibi vocês já têm", disse brincando.

O presidente, para dar o exemplo, lembrou que em 1985, quando era candidato a deputado federal ficava sentado em sua cadeira até de madrugada,

tendo passado até três noites sem dormir. "E eu não morri. Estou aqui. Estamos em Brasília — disse —, e viemos aqui para votar. Sabemos que temos deveres de campanha cada vez mais presentes, e por isso mesmo temos que nos apressar".

A primeira sessão realizada pela Assembleia Constituinte, após aprovar o texto global do projeto, terminou ontem de forma melancólica. O quinto destaque apresentado ao plenário para a apreciação não pôde ser votado por falta de quorum. Dos 345 constituintes que responderam sim à verificação de presenças, apenas 227 permaneciam em seus lugares na última votação do dia. Embora as lideranças já houvessem oficializado os acordos para votação até o inciso VII do artigo 5º, apenas o caput do artigo mereceu discussão.

O preâmbulo da Constituição ficou incólume, não merecendo qualquer emenda ou destaque supressivo ou redacional. A limpeza do texto começou com destaque dos constituintes Carrel Benevides (PTB-AM) e Naphtali Alves (PMDB-GO), que conseguiram 348 votos a favor para retirar do texto o inciso VI do artigo 1º, do Título I onde são tratados os princípios fundamentais.

Em seguida, por meio de uma reunião de destaques dos parla-

mentares José Fogaça (PMDB-RS) e César Cais Neto (PDS-CE) foi retirado do texto do primeiro turno a expressão "Independência" do inciso I, do artigo 3º. A proposta, que fazia parte do acordo geral, sequer precisou de ser encaminhada, pois era de conhecimento de todos que o princípio já estava contemplado no artigo 4º.

O senador Mário Covas foi o primeiro constituinte a ter um destaque rejeitado pelo plenário. Covas queria suprimir do caput do artigo 5º, do capítulo I, uma série de expressões, "redundantes" ao princípio de igualdade das pessoas. Para o senador, no caput do artigo deveria constar apenas "Todos são iguais perante a lei", mas conseguiu apenas 98 sim, contra 239 não. A reunião de emendas dos constituintes Lúcio Alcântara (PFL-CE), José Luiz de Sá (PL-RJ), Geraldo Alckim Filho (Sem partido-SP) e Pedro Canelo (PFL-GO), também visava o caput do artigo 5º e foi rejeitada.

Já com uma visível falta de quorum, o presidente Ulysses Guimarães colocou em votação o destaque do constituinte Lourenberg Nunes Rocha (PTB-MT), que desejava retirar do caput do artigo 5º a expressão "residentes". Embora tivesse ido a voto, o destaque não pôde ser aprovado por falta de quorum.



Carlos Sant'Anna e Nelson Jobim: depois do confronto, acordos permitem apressar o segundo turno

O QUE JÁ É DEFINITIVO NO TEXTO

Esta é a primeira parte da versão definitiva do texto da nova Carta. A partir de agora, só poderão ser feitas pequenas alterações redacionais, pela Comissão de Redação, que dará uma última revisão no texto após a votação em segundo turno. Os constituintes podem sugerir mudanças de redação, mas elas não são votadas em plenário. As emendas de redação foram enviadas diretamente para a comissão, que tem total autonomia para decidir como fica o texto final.

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida com a solução pacífica das controvérsias, na ordem inter-

na e internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º — A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos Estados e Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I — a soberania;
 - II — a cidadania;
 - III — a dignidade da pessoa humana;
 - IV — os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
 - V — o pluralismo político.
- Parágrafo único — Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição.
- Art. 2º — São Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- Art. 3º — Constituem objeti-

vos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I — garantir a Independência e o desenvolvimento nacionais;
 - II — construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 - III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
 - IV — promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- Art. 4º — A República Federativa do Brasil fundamenta suas relações internacionais nos seguintes princípios:
- I — independência nacional;
 - II — prevalência dos direitos humanos;
 - III — autodeterminação dos povos;
 - IV — não-intervenção;
 - V — igualdade entre os Estados;
 - VI — solução pacífica dos conflitos;
 - VII — defesa da paz;
 - VIII — repúdio ao terrorismo e ao racismo;
 - IX — cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Lourenço teme voto eleitoreiro

Do grupo de 121 constituintes que pretendem disputar as eleições de novembro, apenas um — Maurício Campos — votou anteriormente contra o projeto da Constituição. Deles, 105 estavam em plenário e 104 votaram a favor. Com base nesse levantamento que fez, o líder do PFL, José Lourenço, procurou ontem confirmar sua advertência no sentido de que o plenário, agora, será influenciado por razões eleitorais e, dificilmente, esses candidatos adotarão uma postura que contrarie interesses populares. Ele previu que pelo menos 110 desses votos serão sempre contra.

Lourenço criticou os que "votam com a eleição e não em função dos interesses do País", achando que a exemplo da primeira votação do segundo turno, ninguém dará ouvido para advertências como a que fez há dias, quando defendeu a necessidade de deixar a conclusão da Constituinte para depois do pleito de novembro.

Na sua opinião, o único candidato que votou com responsabilidade foi Maurício Campos, apesar de disputar o cargo de prefeito de uma capital importante como Belo Horizonte. Ele está certo de que toda vez que houver em pauta um assunto capaz de ferir os interesses da população ou uma medida anti-pática, ninguém ficará contra.

Tais dados, para o líder José Lourenço, reforçam ainda mais a tese do entendimento com o PMDB, pois "não é apenas o PFL que só tem o caminho da negociação. Eles também têm que encontrar essa saída, porque não contam com 280 votos". Lembrou que o resultado de antontem não serve de medida para as próximas votações até porque "São João não acontece duas vezes por ano".

Ao contrário da postura adotada até o início desta semana, agressiva e desafiadora, José Lourenço mostrou ontem que confia no diálogo entre os partidos visando à busca de soluções para as questões polêmicas. Carlos Sant'Anna, líder do Governo, preferiu aguardar o desenvolvimento das reuniões de negociação, pensando como os outros que agora devem esperar a poeira assentar.

No mesmo tom, o líder Saldanha Derzi dizia ontem que a troca de tiros entre Executivo e Legislativo acabou e a previsão é de que a tensão vai baixar, permitindo que se instaure um clima de entendimento que leve a algo razoável, inclusive a respeito dos pontos listados pelo Governo, PDS e PFL. Na sua opinião, o Governo cumpriu seu papel, alertando a opinião pública e agora tem o compromisso do presidente Ulysses Guimarães, que em seu discurso garantiu soluções e correções para os erros e excessos.



Maurício Campos

Acordos vão tirar atraso da votação

A primeira semana do segundo turno da Constituinte rendeu pouco em termos de votações, mas criou condições para que os trabalhos se desenrolem num bom ritmo a partir de agora. Mais uma vez o presidente Ulysses Guimarães conseguiu capitalizar a seu favor as críticas de Sarney à Assembleia, reavivando entre os constituintes o sentimento de que é preciso concluir a elaboração do novo texto, acima das divergências entre os diferentes grupos.

Na primeira reunião de lideranças depois do discurso com que Ulysses respondeu aos ataques de Sarney, o clima era de conciliação e esforços em busca de entendimento. "Eu senti que há uma predisposição para se fazer acordos. Está todo mundo a fim de abrir mão do que não é essencial para permitir a rápida conclusão dos trabalhos", observava o líder do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva, após o encontro.

O deputado José Lins (PFL-CE) está apreensivo quanto ao quorum na próxima semana, mas faz questão de afirmar que seu partido não tem a menor intenção de obstruir os trabalhos. "Vamos fazer tudo para trazer o maior número possível de parlamentares da bancada para votar".

Na reunião de ontem pela ma-

nhã entre os líderes, foi analisada uma lista de 61 dispositivos que o PFL, PDS, PTB e Governo pretendem suprimir. Destes, o PMDB concordou com a retirada de cerca de um terço, o que torna praticamente certa sua supressão. Entre eles está o número de dias da licença-paternidade, o salário mínimo mensal para os deficientes e idosos e o reajuste dos proventos dos aposentados decorrentes de transformação ou reclassificação de cargos concedidos em atividades.

Dos pontos mais polêmicos, no entanto, como direito de greve, reforma agrária e votos aos 16 anos, o PMDB não abre mão. Estes serão decididos no voto em plenário, mas não há nenhuma manobra em andamento para atrasar estas votações. Ontem, único dia da semana em que foi possível votar alguma coisa, o plenário avançou até o início do artigo 5º.

Na próxima semana entra em pauta uma das matérias mais polêmicas do texto: os direitos dos trabalhadores. Estas votações vão render muitos debates e discussões, o que diminuirá o ritmo dos trabalhos. Além disso, há um complicador adicional: com a viagem do presidente Sarney à Bolívia, Ulysses assume a Presidência da República até quarta-feira e, na ausên-

cia de Ulysses, não é costume votar na Constituinte.

Apesar destas dificuldades, a disposição generalizada entre os constituintes é de atender aos apelos de Ulysses e "votar, votar, votar". Na reunião das lideranças, o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, sugeriu a votação, em bloco, de todas as propostas que tiverem acordo. A sugestão foi bem aceita pelos líderes e este sistema deve ser posto em prática já a partir da próxima semana, economizando muito tempo.

Os candidatos a prefeito — cerca de 150 —, cada vez mais absorvidos pelas campanhas municipais, já asseguraram sua presença em Brasília nos quatro dias da semana em que haverá sessão, de segunda a quinta. As lideranças partidárias estão dedicadas à tarefa de arrematando suas bancadas para manter o quorum nas próximas sessões e até os governadores já se engajaram no trabalho de cobrar a presença dos constituintes em Brasília, a pedido do presidente Ulysses Guimarães. Se toda esta disposição for mantida até o final do próximo mês, é bem provável que Ulysses realize o seu sonho de promulgar a nova Carta ainda em agosto ou, no mais tardar, no dia 7 de setembro.



Ulysses, com Niemeyer, visita local onde será construída sede definitiva do PMDB

Ulysses diz que só nova Constituição interessa

Não há crise entre o Legislativo e o Executivo. O que existe é, apenas, um embate de idéias dentro dos debates naturais que envolvem os trabalhos de formulação de uma Constituição. O PMDB está voltado unicamente para a elaboração da nova Carta e só depois partirá para análise de questões como afastamento de seus integrantes do Governo Federal. Foi o que disse, ontem, o presidente do partido, Ulysses Guimarães, ao visitar o local onde será construída a sede da agremiação.

nistro, sem contudo tentar demovê-lo da intenção de se afastar, achando não lhe caber "invadir área alheia".

A construção da sede do PMDB na S2, fundos da Esplanada dos Ministérios, é para Ulysses Guimarães sinal de que ele "veio para ficar, apesar dos altos e baixos que tem de enfrentar". Os partidos políticos "precisam durar" e o fato de se estabelecerem em lugar seu é passo importante neste sentido. Países de menor expressão política que o Brasil, como Uruguai e Argentina, lembrou Ulysses, contam com partidos sólidos, com mais de cem anos de existência.

A sede do PMDB será construída em área de 55 X 150 metros, tendo 1 mil e 500 m² de construção, em prédio de três andares, de acordo com projeto doado por Oscar Niemeyer. O terreno do GDF e sua ocupação se dará em regime de concessão de uso. Haverá lugar para todos os partidos, já que o setor ocupa 100 mil m². Havendo extinção, a área reverterá ao GDF. Além do projeto arquitetônico, o PMDB já tem pronto o de cálculos, que envolve gastos de Cz\$

2,5 milhões. O custo total será de Cz\$ 6 milhões.

A visita ao local onde será construída a sede do PMDB foi feita por Ulysses Guimarães em companhia do governador José Aparecido, do secretário de Viacão e Obras, Carlos Magalhães, do arquiteto Oscar Niemeyer e dos membros da Comissão da sede, senador Mauro Benevides, e deputados Milton Reis e Fernando Gasparian. Informou o último que os recursos para a obra já estão sendo obtidos por contribuições simbólicas, com depósitos em conta especial aberta no Banco do Brasil.

A campanha deverá tomar vulto no dia 21 do mês que vem, quando o partido realizará sua convenção para eleger a Executiva, aproveitando a vinda a Brasília de delegados de todo País. Gasparian calcula que a obra poderá ficar pronta no período de dois anos, coincidindo com o mandato da Executiva. A construção de sede própria para o PMDB, segundo Ulysses Guimarães, é um antigo sonho, que agora poderá se realizar principalmente pelo gênio de Oscar Niemeyer e não ficará só em projeto.

O QUE VAI SAIR DO TEXTO

- Licença-Paternidade — O PMDB concordou em manter apenas o princípio na Carta, remetendo a regulamentação do número de dias para a lei ordinária.
- Aposentadoria — Os aposentados ficarão sem o reajuste dos proventos decorrentes de transformação ou reclassificação de cargos concedidos aos servidores em atividade.
- Deficientes — Sai a garantia de um salário mínimo

mensal para os deficientes e idosos que comprovem não poder se manter.

— Reforma Tributária — Vai sair a transferência, para os Estados, de 25 por cento dos impostos que podem ser instituídos pela União através de lei complementar, não discriminados na Constituição.

— Mandato — Cai a possibilidade de impugnação de mandato por "transgressões eleitorais". Ficam como possíveis

razões para a impugnação de mandatos o abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

— Inconstitucionalidade — Sai a figura da ação de inconstitucionalidade impetrada contra ato ou omiss-ao que fira a Constituição.

— Competências — Sai da lista de competências da União, Estados e municípios a tarefa de "organizar o abastecimento alimentar".

Voto é usado contra moderados

Não foram necessários muitos esforços para que a ala progressista do PMDB encontrasse o argumento definitivo para rejeitar o ingresso de conservadores no Diretório Nacional do partido a ser eleito na convenção do dia 21 de agosto. Aproveitou-se da votação de antontem, quando 10 peemedebistas, entre eles Carlos Sant'Anna e Cardoso Alves, ou votaram não ou se abstiveram na sessão que consagrou o texto básico aprovado em primeiro turno. O que estava em jogo, entendem os progressistas, não era o texto, mas a defesa da Assembleia Constituinte, uma das bandeiras do partido, incluída no programa do PMDB. Como esses parlamentares agrediram o próprio programa do PMDB, não devem pertencer à direção.

Embora, aparentemente, três chapas estejam sendo montadas — a dos conservadores, a dos líderes e a dos progressistas —, é bem provável que na segunda-feira (último dia para o registro de chapas) somente duas sejam efetivadas: a dos conservadores e a do outro grupo do PMDB. A troca de figuras entre progressistas e líderes intensificou-se na tarde de ontem, ainda que os progressistas insistissem em sua chapa. A composição está bem próxima e, durante este final de semana, muitas arestas devem ser aparadas.

José Fogaça afirma que a chapa será imbatível e autêntica. Nela haverá a presença de moderados, mas ao estilo Raul Belém (MG), mais próximo ao grupo. Aos poucos, as bancadas

estaduais estão indicando os nomes que irão compor o diretório e alguns problemas ainda persistem, como é o caso do Ceará. A bancada indicou o nome do deputado Expedito Machado e não incluiu o de Paes de Andrade, um peemedebista histórico. Os progressistas mais radicais não admitem Expedito Machado no diretório, pois, para eles, entre Cardoso Alves e o deputado cearense poucas diferenças existem. Mas é provável que as negociações cheguem a uma composição.

O deputado Carlos Sant'Anna garantiu que os moderados irão registrar sua chapa na segunda-feira. Ela está praticamente fechada, composta "pelos moderados conhecidos do partido", segundo Sant'Anna.

O deputado Maurício Fruet não descarta o bate-chapa mas acredita na viabilização da chapa de consenso, "que inclua pessoas que votaram com o PMDB". Ele não considera que o episódio da votação de antontem seja determinante para vetos a nomes que poderiam compor o diretório. Informou que uma comissão irá analisar caso a caso, pois muitas das pessoas incluídas nesse quadro podem ter tido uma postura fiel ao partido ao longo das votações, enquanto que muitas, mesmo tendo votado sim, podem ser descartadas.